



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

29/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Menos direitos, menos renda: Governo Bolsonaro acelera a precarização

A queda da taxa de desemprego no Brasil, além de lenta, esconde uma realidade sombria. Sob a gestão Jair Bolsonaro, os novos postos de trabalho são mais precários, impondo mais horas de serviço, menos renda e menos direitos para os trabalhadores. O governo tem estimulado esse fenômeno, fazendo jus a sua falsa dicotomia “ou menos direitos e mais empregos, ou menos empregos e mais direitos”.

No trimestre móvel encerrado em agosto, a taxa de desemprego caiu para 13,2%, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Mas essa suposta recuperação do mercado de trabalho se baseia no aumento do número de trabalhadores informais e queda recorde da renda. Na opinião de economistas, as perspectivas no médio prazo são negativas, diante de um cenário de menor atividade econômica, já estimado pelo mercado.

“O movimento é puxado por empregos de baixa qualidade e muito em razão do retorno desses trabalhadores à força de trabalho”, afirma Tiago Barreira, economista da consultoria iDados. “Esse tipo de atividade urbana, de serviços e de baixa remuneração tende a crescer de maneira mais vigorosa em relação a outras atividades.”

Em relatório enviado a clientes, Alberto Ramos, economista-chefe do banco Goldman Sachs para América Latina, afirmou que o mercado de trabalho deve permanecer fraco, dada a expectativa de baixo crescimento da economia. De acordo com Ramos, é provável que a taxa de desemprego permanecer na casa dos dois dígitos por um longo período de tempo.

Um número ainda considerável de pessoas fora da força de trabalho começa a procurar emprego e retorna à força de trabalho em um ritmo mais rápido do que o de criação de novas vagas. A XP projeta taxa de desemprego média de 13,7% para 2021 e de 12,4% para 2022. A estimativa da LCA é 12,8% para este ano.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 29 de outubro.

Atraso na vacinação tirou empregos no Brasil, diz OIT

Desde o começo da pandemia de Covid-19, Jair Bolsonaro foi um inimigo da vacinação. Antes da criminosa associação das doses com o vírus HIV, feita na semana passada, ele anunciou aos quatro ventos que não se imunizaria, perguntou “para que a pressa” e negou sistematicamente ofertas de venda que poderiam ter feito o Brasil ser um dos primeiros países a vacinar sua população.

Ao agir dessa forma, o atual presidente certamente provocou a morte de centenas de milhares de pessoas. E também causou muito desemprego, aponta estudo divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo o jornal Valor Econômico, projeção feita pela agência da ONU mostra que o número de horas trabalhadas no Brasil neste ano ainda ficará 5,6% abaixo dos níveis observados no quarto trimestre de 2019, antes da pandemia. É um resultado pior do que a média mundial, cujo índice será de 4,3%, e faz com que a recuperação do emprego no país seja mais lenta do que a OIT esperava.

Menos horas trabalhadas significam menos pessoas empregadas. Essa queda de 5,6% representa um total de 4,2 milhões de vagas com horário integral, explica a OIT, que aponta a velocidade da vacinação como o principal motor da recuperação econômica.

De acordo com a agência, cada 14 pessoas completamente imunizadas representam a criação de um emprego pleno. Assim, os países que mais vacinaram são os que mais veem suas economias se recuperando. Se Bolsonaro de fato estivesse preocupado com a população e o futuro do país, não teria criado a falsa dicotomia entre prevenção e economia. Teria trabalhado incansavelmente para trazer as vacinas o mais rapidamente possível.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 28 de outubro.

Corrida por desconto em comida deve crescer na Black Friday deste ano, diz pesquisa

Em ano de inflação alta, a categoria de alimentos e bebidas entrou para a lista dos dez grupos de produtos com maior intenção de compra na Black Friday, segundo levantamento da Ebit|Nielsen.

De acordo com a pesquisa, 14% dos entrevistados pretendem comprar alimentos e bebidas na semana de ofertas deste ano. No ano passado, o patamar ficava em 12%.

Já a preferência por produtos de telefonia e celulares caiu de 25% em 2020 para 23% neste ano. Foi o único grupo da lista que registrou queda

A parcela dos consumidores que planejam aproveitar as promoções recuou de 91% no ano passado para 89% neste ano, ainda conforme o levantamento da Nielsen, feito em setembro com mais de 2.700 pessoas.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, sexta-feira 29 de outubro.**

Inflação do aluguel tem alta de 0,64% em outubro e vai a 21,73% em 12 meses

O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado) subiu 0,64% em outubro e chegou a 21,73% em 12 meses, informou nesta quinta-feira (28) a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

A previsão de analistas ouvidos pela agência Bloomberg era de que a variação mensal ficasse em 0,22%.

Em setembro, a variação do índice, que é conhecido como a inflação dos aluguéis, ficou negativa pela primeira vez desde o início de 2020. A retração de 0,64% foi puxada pela queda do preço do minério de ferro.

Em outubro, a queda menos acentuada dos preços do minério de ferro, combinada com a alta do diesel, foram as duas principais contribuições para que o índice voltasse a acelerar, segundo o coordenador de índice de preços do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV André Braz.

O IGP-M virou um indexador de aluguéis, mas a lei do inquilinato, que rege os contratos de locação não estabeleceu o índice de correção. A legislação apenas prevê a necessidade de as partes acertarem uma atualização anual para os contratos.

O uso dele é visto como uma herança da hiperinflação, quando era necessário proteger os bens das oscilações extremas de preços e da desvalorização da moeda. Há ainda uma questão prática, que é da data de divulgação. Mensalmente, a FGV divulga o IGP-M alguns dias antes do fim do mês.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, quinta-feira 28 de outubro.**

Extinção da meia-entrada em eventos culturais e esportivos é alvo de polêmica na

Baixada Santista

O projeto de lei que põe fim à meia-entrada em eventos culturais e esportivos no Estado, aprovado na Assembleia Legislativa (Alesp) na quarta-feira (27), vem causando polêmica. Pessoas ligadas à área da Cultura, ouvidas por A Tribuna, apontam que, muito mais do que um direito legal, a meia-entrada tem ligação direta com as políticas de difusão e acesso culturais.

Pelo acesso facilitado, mais gente estará exposta a uma formação cultural. Essa dinâmica deve inspirar as políticas públicas no setor – e não o mercado, apenas –, avalia Jotabê. “Quando a Prefeitura organiza um show de jazz gratuito numa praça, ela atrai muita gente que terá contato com aquilo pela primeira vez e, depois, pode querer pagar para rever”.

O presidente do Conselho Municipal de Cultura de Santos, Júnior Brassaloti, lembra, e enfatiza, que as leis sobre a garantia da meia-entrada são todas aprovadas em âmbito federal – portanto, fora da alçada estadual.

Saiba mais em: **A Tribuna, sexta-feira 29 de outubro.**

Vendas do comércio cresceram 1,6% em setembro, diz Serasa Experian

As vendas no varejo do comércio físico no país tiveram alta de 1,6% em setembro em comparação ao mesmo mês do ano passado. A elevação foi impulsionada principalmente pelo setor de material de construção, que registrou a maior alta de 9,1%. Os dados divulgados hoje (28) são do indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian.

Além do setor de material de construção, registraram variação positiva o de supermercados, alimentos e bebidas, com elevação nas vendas de 2%; e móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informática (6,8%). Já os setores de combustíveis e lubrificantes; veículos, motos e peças; e tecidos, vestuário, calçados e acessórios, tiveram retração de 12,3%, 1,6% e 7,8%, respectivamente.

Saiba mais em: **A Tribuna, sexta-feira 29 de outubro.**